

# VOZ OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

Nº 154 - Janeiro de 1979

**Problemas e movimentos femininos saem à superfície**

(págs. 6 e 7)

## EDITORIAL

# A Anistia, a Constituinte e o novo papel do Congresso eleito

O balanço político de 1978 é também, em larga medida, o balanço do governo Gelsel, pois foi durante o ano passado que nosso país tomou finalmente conhecimento das anunciadas «reformas» propostas pelo regime. O ano de 1979 se inicia, assim, sem o AI-5, o que é uma boa coisa. Mas cabe desde logo uma pergunta: graças a que se conseguiu isto?

Para os porta-vozes do regime, a resposta é imediata: os sentimentos «democráticos» do ditador Gelsel levaram-no a revogar o Ato 5 e a preparar, deste modo, o retorno do Brasil aos quadros democráticos. Para nós, comunistas, o problema se apresenta de modo distinto. Nem o Brasil ingressou num regime efetivamente democrático com a revogação do AI-5, nem essa revogação se deveu às boas intenções de quem quer que seja. A extinção do Ato foi uma vitória do movimento de resistência popular e das forças democráticas e oposicionistas, e correspondeu, portanto, a um recuo do regime.

É lógico, nestas condições, que Figueiredo chega ao poder numa correlação de forças diferente daquela que os demais generais ditadores encontraram. O movimento popular e democrático está em ascenso e a área de manobra do regime continua se reduzindo. O movimento oposicionista tem reunidas as condições que lhe permitem realizar novos avanços impondo novas derrotas à ditadura. O que é necessário para isso é que se mantenha e se aprofunde a unidade das diversas forças de oposição, em torno da questão central do estabelecimento de um regime democrático.

Avançar, neste momento, significa desenvolver a luta contra todos os dispositivos arbitrários que fazem parte do sistema jurídico legado ao país por 15 anos de regime ditatorial. Que Figueiredo procure agora um entendimento com a direção do MDB, não deve espantar ninguém: ele é forçado a fazê-lo, dada a vitalidade demonstrada pelo partido oposicionista nas últimas eleições. Mas qualquer entendimento que vise à conciliação nacional tem que se basear, preliminarmente, na votação pelo Congresso de uma anistia geral e irrestrita.

E na mobilização em torno de pontos concretos, ligados à luta pela democracia, que as forças oposicionistas ganham vitalidade, estreitam seus contatos com as massas populares e podem capitanear a formação de um bloco parlamentar democrático. Entre estes pontos, destacam-se ainda a meta da Constituinte e, em termos mais imediatos, o estabelecimento de uma legislação sindical adequada às necessidades de organização da classe operária na esfera reivindicatória, assegurando o direito de greve e o desenvolvimento de um movimento sindical livre da tutela estatal.

A questão da formação de novos partidos políticos apresenta-se, neste quadro, como um dos problemas essenciais da organização e do funcionamento democráticos do país. Não é possível haver democracia mantendo-se, ao mesmo tempo, restrições à livre organização das correntes políticas. Somos, dentro desta perspectiva, favoráveis à mais ampla liberdade de organização partidária. Queremos, de modo inequívoco, a legalidade de nosso partido, o PCB, e de todas as demais

forças e movimentos que queiram se organizar em moldes partidários.

Mas isto não significa que sejamos, agora, favoráveis à fragmentação do MDB, para permitir ao governo Figueiredo manobrar com possíveis divisões no seio das forças oposicionistas. O MDB, na medida em que congrega várias tendências de oposição, tem um papel a cumprir na atual conjuntura, que é o de levar adiante a luta parlamentar, ao mesmo tempo que contribui para reforçar a luta popular. Tentar organizar os novos partidos de imediato, ainda sob uma legislação arbitrária, é não só enfraquecer e dividir a oposição, como também acellar o jogo do regime, que preferiria, sem sombra de dúvida, avulzar ele mesmo a criação das novas unidades partidárias.

Todas as tensões e dificuldades criadas e agravadas pelo regime ditatorial tenderão a se refletir no governo de Figueiredo, desde os seus primeiros momentos. Mas, para o novo presidente imposto à nação, parece que nada mudou. As consultas eleitorais de 74 e 78, em que o povo derrotou o regime nas eleições majoritárias para o Senado por ampla margem e demonstrou claramente que não aceita a atual política, não são, evidentemente, indicador de coisa nenhuma para a futura equipe governamental, cuja composição e cujos planos revelam que seu grande objetivo é persistir nas mesmas linhas.

Mas não é esta equipe, nem outra qualquer, que poderá deter a marcha do país no rumo da democracia. O povo e as forças oposicionistas sabem que, unidos, serão capazes de impor novas derrotas ao regime, até a sua liquidação final.

**Eleições de 78 foram as da teimosia popular**

(pág. 5)

**Terrorismo só tem uma cor: contra o povo e a democracia**

(pág. 2)

**Economia: 78 foi ruim e 79 também será**

(pág. 8)

## Terror, recurso extremo contra as conquistas democráticas

A defesa da democracia constitui, em quaisquer circunstâncias, um objetivo permanente dos comunistas e das demais forças progressistas. Na medida em que, no mundo atual, pouquíssimas são as forças que se apresentam como abertamente antidemocráticas, torna-se mais e mais necessário distinguir aquelas que efetivamente lutam pela manutenção e aprofundamento do regime democrático das que utilizam a palavra democracia para melhor encobrir seus propósitos e atos autoritários e antipopulares.

Esta questão ganha entretanto uma importância e uma atualidade novas quando se observam as dificuldades concretas por que estão passando alguns países, vítimas de ofensivas terroristas de grande envergadura, ofensivas que têm posto em perigo, em maior ou menor grau, as conquistas democráticas já alcançadas por estes países.

O que se passa hoje em países como a Itália, a Espanha e a Turquia é profundamente sintomático. O terrorismo tem golpeado as estruturas políticas destes países de modo metódico, sistemático, com o objetivo mais do que evidente de destruir, em cada um deles, a democracia. Em todos os casos apontados, os procedimentos e as intenções são idênticos, ainda que possam variar, de país para país e de momento para momento, as modalidades de funcionamento da máquina terrorista. Trata-se de, por meio da violência aberta, criar um clima de tensão insuportável na sociedade que tenha como efeito a adoção de legislações arbitrárias e o reforçamento dos aparelhos repressivos, sob a alegação de que os Estados têm que se defender dos ataques terroristas. As conquistas democráticas vão sendo assim, na lógica desta estratégia, gradual ou bruscamente postas de lado, e o autoritarismo tende a transformar-se em moeda corrente do exercício do poder político.

Para alguns, bem ou mal-intencionados (é difícil dizer *a priori*), é preciso estabelecer uma diferença entre as siglas dos grupos de direita e de «esquerda». Haveria, desta maneira, um terrorismo «bom» que se oporia ao «mau» terrorismo. Deve ficar claro que nós, comunistas, não partilhamos desta visão. Mais do que isto, nos opomos frontalmente a ela.

A experiência dos fatos vividos tem demonstrado que, no processo de desestabilização de um regime democrático, não se pode distinguir o «bom» do «mau» terrorista. O resultado é idêntico e, do ponto de vista da luta pela democracia, é isto que importa. A esclada do terror na Itália começou há algum tempo, mais precisamente em 1969, quando as forças do fascismo se deram conta de que o movimento operário e popular vinha numa trajetória ascendente de acumulação de forças. Naquela época foi o fascismo, que chegou até à tentativa de golpe de Estado, o responsável direto pelos atentados. Hoje em dia, aos grupos armados fascistas vieram somar-se organizações cujas siglas buscam estabelecer um vínculo com a luta operária e

popular, mas cuja prática é, concretamente, antioperária e antipopular. O assassinato de Aldo Moro, que inaugurou um novo capítulo na estratégia terrorista, foi um ato que, pela brutalidade e pelo absurdo de que se revestiu, causou enormes prejuízos à causa revolucionária, e não inocentemente.

Na Espanha, em nome do separatismo basco, questão complexa e que só poderá ser resolvida por meio de um consenso das formações políticas democráticas espanholas, uma onda de atentados sem precedentes vem se desenvolvendo. Entre o início e os meados deste mês de janeiro, atingiu-se a média de um atentado fatal por dia. É importante assinalar que o redobrar da violência terrorista coincidiu com o plebiscito que estabeleceu a nova Constituição democrática espanhola e com a convocação de eleições parlamentares pelo governo de Suarez. No caso espanhol, também, não pode haver dúvida: os grupos que organizam e executam tais atentados sabem que o compromisso das Forças Armadas com o atual regime é tênue, na medida em que a quase totalidade dos oficiais foi formada sob o franquismo. O que é que se pode pretender com ações deste tipo, senão empurrar as Forças Armadas para a intervenção militar?

Na Turquia, os confrontamentos entre os grupos de extrema direita e de extrema esquerda, provocados em geral pelos bandos fascistas, causaram 250 mortes em 1977 e mais de 1.000 em 1978. Pressionado no Parlamento pela direita, o governo de Ecevit decretou o estado de sítio em 13 departamentos.

Repetimos: o objetivo a ser atingido pelos grupos terroristas é, nestas e em outras situações, bastante claro. O que eles pretendem é criar uma situação de tal polaridade na vida política que as forças de centro, liberais ou conservadoras, se desloquem para a direita, e que este deslocamento propicie a emergência de um regime autoritário.

O desenvolvimento material e espiritual das sociedades humanas encontra na democracia o seu melhor leito. A defesa da democracia tem que ser um elemento constante na política das forças progressistas. Quem defende a democracia e a classe operária, é o povo, e não as forças que, usando muitas vezes as siglas populares, lutam para destruí-la.

P. Gonçalves

## Estado e Igreja no socialismo

É costume da literatura burguesa apresentar os países socialistas como Estados hostis à religião e pretender que seus cidadãos não gozam de liberdade de consciência. Esta interpretação é abertamente preconcebida e tendenciosa, e está baseada na atitude negativa dos ideólogos burgueses ante os direitos e as liberdades cívicas reais na nova sociedade, e ante o sistema socialista em seu conjunto. Faz-se assim necessário um exame das relações entre o Estado e as Igrejas.

O socialismo criou seu próprio sistema sócio-político, o qual não se assemelha aos sistemas anteriores. Nos marcos deste sistema, independentemente de terem convicções religiosas ou atéticas, todos os cidadãos

participam na atividade social, profissional e política. O traço característico da atitude que existe nos países socialistas face à religião é, de uma parte, a intensificação gradual do processo de liberação da vida social e cultural da influência da Igreja e, de outra, a criação de uma atmosfera na qual não surjam tensões por causas religiosas. Estas duas orientações são o resultado do caráter laico do Estado, que garante plenos direitos aos crentes e aos ateus.

Analisando os princípios sobre os quais se baseia a atitude do Estado frente à Igreja e os crentes na URSS, verificaremos que a compreensão teórica destes princípios, levados pela primeira vez à prática nas condições de um novo regime social, têm jogado um papel considerável na conformação das relações entre o Estado e as comunidades religiosas em outros países socialistas europeus. O processo de incorporação dos crentes à edificação do socialismo tem sido um fenômeno positivo e tem correspondido à linha política básica dos partidos comunistas.

Não obstante, as hierarquias eclesásticas e parte do clero, especialmente nos primeiros períodos da edificação socialista, tomaram uma posição que não contribuía para as transformações sociais progressistas, e somente gradualmente chegaram a compreender sua missão religiosa nas condições do regime socialista.

Devemos salientar que este fenômeno conduziu às maiores dificuldades surgidas nas relações da Igreja Católica Romana com o Estado socialista. A complexidade deste fenômeno se deve não somente à posição de alguns episcopados nacionais, mas, do mesmo modo, às doutrinas da Igreja Católica Romana.

No que diz respeito à política do POU (Partido Operário Unificado Polonês), desde a instauração do poder popular na Polónia ele se orientou para colocar na prática os princípios da cooperação dos crentes e ateus. Os acordos firmados em 1950 e 1956 entre o episcopado e o governo contribuíram para normalizar as relações entre o Estado e a Igreja. Estes acordos significaram a renúncia à confrontação e à passagem ao diálogo e à cooperação. O papel decisivo cabe sem dúvida à política do Estado popular, que, conjugando os interesses dos crentes e dos ateus, situa em primeiro plano os interesses de classe e os interesses sociais. Em determinado grau, contribuiu também para o diálogo entre comunistas e católicos o novo rumo do papa João XXIII. Desde então, o Vaticano começou a demonstrar um crescente interesse pela regularização das relações com o Estado socialista e a diplomacia do Vaticano alivou seus esforços para entabular o diálogo com seus representantes. Este diálogo serve ao exame não só das questões referentes à situação da Igreja, mas também dos problemas gerais contemporâneos como, por exemplo, o problema da paz.

O resultado da nova política do Vaticano são os acordos firmados com a Hungria e a Jugoslávia e o estabelecimento de relações diplomáticas com Cuba e Jugoslávia, assim como de contatos permanentes com o governo da República Popular Polonesa.

Como a vida vem demonstrando, quase todas as comunidades religiosas da maioria dos países socialistas não somente reconhecem atualmente o novo regime social, mas, além disso, cooperam com o Estado.

José Neves

## Articulações unitárias para fazer face à política de Figueiredo

O ano começa com algumas novidades — fim do AI-5, novos parlamentares eleitos, fim do governo Geisel — e com coisas velhíssimas: de estalo, uma grossa falcatura (a compra da famosa Light) e a indicação de que outras, maiores e menores, se sucederão (Simonsen, Delfim, Golbery, Andreazza e outros no Ministério de Figueiredo).

O vento da mudança está soprando no país, graças à mobilização de dezenas de milhões de brasileiros e brasileiras, mas vai ter que soprar bem mais forte para ir varrendo tudo o que há de velho, todo o ranço acumulado desde a colônia até a ditadura de abril, passando pela República Velha e pelo Estado Novo. E ainda vai ter que soprar durante muito, muito tempo.

Se quisermos identificar alguns pontos decisivos para intensificar o processo de mudança, que abrem o caminho e têm efeito multiplicador, temos que compreender o papel da luta pela anistia geral e irrestrita, anistia política capaz de fundamentar a verdadeira reconciliação nacional. Temos que compreender a necessidade da convocação de uma Assembléia Constituinte para, sobre os escombros do regime de 64, fundar um regime democrático. Temos que nos ocupar, sempre e cada vez mais, do problema da unidade das forças oposicionistas, que é a condição sine qua non para abreviar a sobrevivência deste regime, com suas salvaguardas, sua Lei de Segurança Nacional, suas eleições indiretas, seu «pacote» de abril, sua «Lei Falcão», seus senadores biônicos e seu aparato repressivo. Sua corrupção, sua política econômica antipopular e antinacional, seu cortejo de misérias materiais e morais.

**UNIÃO REACIONÁRIA.** Face à perspectiva de início do próximo governo ditatorial e diante da consistência do movimento democrático, confirmada nas eleições, as forças do regime procuram reforçar sua unidade, passando por clima de contrastes e contradições que foram acentuados, nos últimos anos, pelo desenvolvimento do movimento de massas e do combate oposicionista.

O Ministério anunciado do general Figueiredo é uma espécie de cristalização desse compromisso reacionário, que se dá basicamente em torno dos cargos-chave da máquina administrativa e das Forças Armadas justamente pela hipertrofia crescente do Executivo e o papel desempenhado pelos militares ao longo de 15 anos de ditadura.

A simples apresentação de alguns dos nomes escolhidos para o futuro Ministério é suficiente para que o povo brasileiro se dê conta das reais intenções e da política que se pretende aplicar durante o próximo governo. A manutenção de Simonsen e a volta de Delfim Neto indicam que a classe operária terá que continuar lutando tenazmente para derrotar a política de arrocho salarial, carac-

terística deste regime. A conservação de Golbery indica que as ofensivas autoritárias contra os avanços democráticos serão frequentes. Para coroar esta esdrúxula combinação de ministros, que reúne as diversas correntes pró-regime, volta Andreazza, um dos nomes mais associados à corrupção e à desonestidade no exercício de cargos públicos. Uma escolha insolente.

Bem fará a oposição se, neste particular, seguir o exemplo do governo: eles se unem do lado de lá, nós que nos unamos do lado de cá, inclusive porque, quanto maior a unidade do lado de cá, menor a do lado de lá.

**A FORÇA DO MOVIMENTO.** A verdade é que, apesar de certas aparências, o ano começou sob o signo da oposição. Depois que o coronel Ludwig empunhou sua peneira antieleitoral e o Sr. Aureliano Chaves afirmou que «isto não adianta», o general Figueiredo promete continuar com sua insincera mão estendida à oposição. O deputado Ulisses Guimarães reiterou sua posição constante. Dialoga, sim, mas na base do respeito às exigências programáticas do MDB. Ou seja, se o general Figueiredo quiser discutir sobre como será concedida uma anistia geral e irrestrita, e como convocar uma Assembléia Constituinte, por exemplo, tudo bem.

O que a vida mostrou é que nem Ulisses Guimarães está disponível para compromissos que atentem contra os interesses do campo democrático, nem o general Figueiredo está querendo discutir nos termos e sobre os assuntos que tem a propor, em consonância com suas responsabilidades, o líder oposicionista. O que o general Figueiredo não pode é pretender governar como a Junta Militar ou Médici, pois estamos em 1978 e não em 1969/70. O sentimento popular definiu-se de modo cada vez mais amplo e hoje, por mais que queiram, os donos do poder não podem ignorá-lo indefinidamente.

Assim, sem que se trate de colocar em questão o credenciamento do comando — atual e futuro — do partido oposicionista como interlocutor representativo dos anseios democráticos, mas em função do conteúdo e do tipo de diálogo propostos pelo poder, as soluções terão que ser encaminhadas por outra via, ou não serão realmente encaminhadas, ou não serão soluções. O diálogo é difícil porque, nele, o objetivo da oposição não seria o de prolongar a ditadura, mas o de acabar com ela.

Em última análise, o encaminhamento de soluções democráticas para os problemas nacionais dependerá da unidade e do vigor com que os movimentos sociais se desenvolverem e organizarem, da qualidade de sua articulação com a esfera de representação política e da unidade e ampliação do bloco democrático. Mas, concretamente, o melhor canal para onde fazer confluir todo este esforço, toda a movimentação; toda a pres-

são em favor das soluções democráticas é o Congresso Nacional. E tanto melhor ele será quanto maior for o espaço que conseguir ocupar na vida nacional, abalando a prepotência do Executivo.

Ora, estes objetivos só podem ser realizados com a constituição de um bloco parlamentar democrático. A constituição de tal bloco depende, por seu turno, da unidade do MDB. E esta tem que ser impulsionada por aqueles que, coerentes com seus compromissos eleitorais e com o programa oposicionista, se revelem os mais consequentes combatentes da causa democrática, a magna causa popular. Caberá a estes parlamentares introduzir permanentemente no debate político nacional as grandes reivindicações dos movimentos populares e, ao mesmo tempo, em sintonia com os interesses mais profundos e gerais do povo brasileiro, operar como artesãos conscientes e incansáveis da unidade. Unidade que seja a mais ampla nas fileiras da oposição e que, tendo como referência as grandes aspirações democráticas da Nação, se estenda necessariamente para além destas fileiras. Porque o problema de fundo continua sendo o de como isolar as forças mais reacionárias e provocar sucessivas fraturas no edifício do regime.

**LIÇÕES DE 78.** O balanço da atividade oposicionista, no sentido mais geral, durante o ano passado, põe em destaque dois problemas de importância estratégica. Dois problemas que decorrem antes de mais nada de termos vivido já quase 15 anos sob uma ditadura que instaurou um processo de fascistização do país. Dois problemas em cuja superação será necessário avançar ao longo de 1979, para apressar o fim do regime.

Em primeiro lugar, tudo o que ainda existe em termos de insuficiente consolidação da unidade do campo democrático e uma certa carência de direção política, uma certa falta de afirmação da lucidez capaz de atalhar, a tempo e a hora, os impulsos golpistas que, eventualmente, levam a desvios, corrompem a unidade e retardam os avanços.

Em segundo lugar, as deficiências que, apesar do muito que já se conseguiu, ainda marcam o estado de organização dos movimentos de massas. E, neste sentido, não podemos aqui nos prolongar em observações de caráter particular. Preferimos lembrar que o motor do processo organizativo é a ação, o desenvolvimento da luta pelas reivindicações mais sentidas e mais amplas das massas.

Se o ano de 1979 se inicia, no terreno político, sob o signo da oposição, ele também se apresenta com perspectivas sempre sombrias para a vida das massas trabalhadoras. O Sr. Simonsen já mostrou a partitura que pretende levar para a execução de suas novas tarefas ministeriais; ao deixar claro que precisa ter as mãos livres para «reduzir a inflação a 10% ao ano». Trata-se de uma música sobejamente conhecida de nossos ouvidos. Significa, em bom português, que a política continuará sendo a de descarregar nas costas dos assalariados os ônus das soluções que interessam às minorias privilegiadas, monopólios à frente. A luta do movimento operário contra esta política de arrocho é o ponto de partida, a pedra de toque da ação das grandes massas assalariadas de nosso país. E, portanto, o elemento dinâmico do processo organizativo. E, sempre é bom lembrar, nada é mais urgente do que a luta pelo direito à própria vida.

## Solidariedade aos povos do Vietnã e Camboja

Os problemas colocados pela construção do socialismo em qualquer país são, fórmula aciana, extremamente complexos e, muitas vezes, de difícil solução. Mas estes problemas se complicam ainda mais quando se trata de resolvê-los, como é o caso no Vietnã, depois de quase três décadas de guerras travadas pela libertação e unificação nacionais. Os danos materiais e as perdas humanas sofridos pelo Vietnã são de difícil avaliação, sobretudo quando se leva em conta que o imperialismo americano utilizou contra aquela nação asiática toda a panóplia de engenhos bélicos que seu alto nível tecnológico lhe permitiu elaborar. As forças produtivas do Vietnã foram atingidas de forma extremamente dura. A reconstrução nacional nos marcos do socialismo teve que começar a efetuar-se, portanto, em condições absolutamente desfavoráveis ao povo vietnamita.

Mas o que se viu é que não bastaram estas dificuldades, derivadas da longa luta de libertação travada pelo Vietnã. Desde que o imperialismo norte-americano foi derrotado e que os EUA foram obrigados a se afastar do país, novos focos de tensão surgiram para a república vietnamita, provocados desta vez pela China, com o acordo tácito do governo Carter. A opinião pública mundial pôde constatar que a China, ao invés de estimular e favorecer a construção do socialismo num país devastado pela guerra, trilhou o caminho oposto: hoje, ninguém de boa fé tem dúvidas de que o governo chinês agiu e continua a agir de modo a prejudicar a recuperação nacional do Vietnã e a se transformar num fator de desestabilização da situação interna vietnamita.

Tornou-se evidente que a China não pôde tolerar que a construção do socialismo no Vietnã se desse num quadro de autonomia nacional, que contrariava frontalmente seus projetos hegemônicos na região, coerentes com sua política de antisovietismo delirante. Os incidentes de fronteira provocados pela China multiplicaram-se, chegando mesmo a aparecer como possível a hipótese de uma guerra entre os dois países.

**USANDO POL POT.** Ao mesmo tempo que lançava mão destes recursos, o governo chinês procurou apoiar-se no regime de Pol Pot, mobilizando igualmente o Camboja contra o Vietnã. As tropas cambojanas ultrapassaram a fronteira que divide os dois países e ocuparam porções do território vietnamita, enquanto os dirigentes de Phnom Penh rejeitam as ofertas de negociação insistentemente partidas de Hanói.

Os interesses mais profundos do povo cambojano não recomendavam, certamente, esta aventura belicista. Eles já não se identificavam, também, com o regime de Pol Pot, que transformara a vitória obtida a duras penas pelos khmers que se bateram contra o imperialismo americano num sistema opressivo e brutal.

A reação vietnamita que se combinou à ação dos opositoristas cambojanos em luta pela liberdade e pela democracia é, assim, mais que legítima: ninguém pode condenar o Vietnã por defender a integridade de seu território e procurar garantir sua estabilidade

interna. A responsabilidade chinesa em todos estes acontecimentos é flagrante. Difícilmente o Camboja teria ido tão longe em sua política antivietnamita sem o apoio chinês. A solidariedade internacional aos povos do Vietnã e do Camboja, tão necessária à construção do socialismo e à defesa da independência nacional dos dois países, é, igualmente, a melhor maneira de isolar as manobras belicistas chinesas e assegurar a paz na região.

M. Silva

## Vai-se o Xá e começam novos tempos no Irã

Depois de vários meses de intensas manifestações populares que tornaram patente a impossibilidade da manutenção do regime iraniano, o Xá foi obrigado a afastar-se do país, deixando em seu lugar um «Conselho de Regência» e um governo supostamente de «união nacional».

○ Não faltam, obviamente, explicações de última hora para estes acontecimentos, que, à primeira vista, apanharam o «mundo ocidental» desprevenido. Nos primeiros momentos do levante popular, as potências capitalistas acreditaram na capacidade do governo do Xá de controlar a situação e esmagar, como ocorreu algumas vezes no passado, os focos de resistência. Posteriormente, quando o quadro em que se desenvolvia a luta popular mostrou ser mais forte e mais consistente do que supuseram os governos do sistema imperialista, começaram a circular interpretações carregadas de evidente má-fé. O movimento que derrubou a monarquia iraniana passou a ser apresentado como um processo dirigido por forças religiosas retrógradas, que se opunham à «modernização» empreendida pelo regime do Xá. Dentro desta linha de raciocínio, o povo iraniano não quis reconhecer os benefícios advindos da tal «modernização».

As potências ocidentais, mesmo lamentando a partida do Xá, guardam uma certa atitude de expectativa e manobram no sentido de evitar a solução que mais contraria os interesses do imperialismo: a formação de um governo nacional, popular e democrático, qualquer que seja o conteúdo religioso islâmico deste governo. E, deste ponto de vista, pouco importa o peso que possam ter, na coligação antimonárquica, as lideranças religiosas.

É claro que o afastamento do Xá, por si só, não resolve todos os problemas relativos à formação de um governo antimonárquico e popular no Irã. Mas este afastamento constitui uma vitória de grandes proporções para o povo iraniano. Há, atualmente, uma tentativa de estabilização conservadora; esta tentativa é visivelmente apoiada pelo bloco imperialista, pois pode representar a marginalização do movimento popular e a garantia de que nem todos os interesses ocidentais naquele país serão atingidos. Mas, de qualquer modo, muitas coisas terão mudado no quadro iraniano.

Mesmo que o governo de natureza conservadora de Bakhtiar consiga obter um mínimo de estabilidade, hipótese pouco

provável, ele terá que se movimentar numa correlação de forças bastante diferente. Isto significa que um determinado conjunto de medidas favoráveis ao movimento popular terão que ser inevitavelmente tomadas. O Irã não poderá mais assumir o papel, que desde há algum tempo vem sendo o seu, de guarda dos interesses imperialistas e ocidentais no Golfo Pérsico. O alinhamento iraniano à política de Washington deverá igualmente ser substituído por uma política mais voltada para a causa da paz e da luta antiimperialista. Da mesma maneira, o intolerável nível de arbítrio que caracterizava o regime anterior cederá lugar, com toda a certeza, a um quadro de maior participação popular, ainda que seja difícil avaliar, agora, a profundidade e a extensão desta participação.

○ E de se ressaltar, ainda, a atitude do governo americano: em nenhum momento Carter vacilou no apoio ao Xá. A política dos direitos humanos parece ter ficado esquecida no fundo da gaveta, o que frequentemente tem ocorrido — sempre que Washington se defronta com situações em que a substituição de um regime pró-americano pode dar origem a um regime que coloca em risco os interesses dos monopólios.

P.G.

## Prestes vai à Bulgária e Cuba

A fim de participar de uma conferência teórica sobre a construção do socialismo e do comunismo, promovida pelo CC do Partido Comunista Búlgaro e pela *Revista Internacional*, esteve em Sófia o camarada Luiz Carlos Prestes, secretário geral de nosso Partido.

No curso de sua intervenção nos debates, o camarada Prestes teve oportunidade de referir-se à situação econômica, social e política do Brasil e à política do PCB, de unidade de todas as forças que lutam contra a ditadura militar-fascista, especialmente a unidade política da classe operária e desta com as forças que lhe são socialmente mais próximas.

A conferência prolongou-se de 12 a 15 de dezembro e contou com a participação de representantes de mais de 70 partidos comunistas e operários, destacando-se nos debates as representações do PCUS e dos partidos dos demais países da comunidade socialista.

**CUBA.** Atendendo a convite pessoal de Fidel Castro, o camarada Prestes viajou para Havana no dia 30 de dezembro passado, a fim de assistir às comemorações do XX aniversário da vitória da Revolução Cubana.

Prestes esteve presente a todos os atos comemorativos realizados em Havana, quando teve oportunidade de constatar os enormes progressos alcançados pelo Partido Comunista e pelo governo cubano na construção material e cultural do socialismo na ilha heróica, assim como a inabalável unidade política e moral existente entre o povo cubano, o PCC e seu legendário líder.

No dia 3 de janeiro, por ocasião de uma recepção às delegações latino-americanas presentes às comemorações, Prestes foi calorosamente cumprimentado por Fidel Castro, por motivo do transcurso de seu 81º aniversário.

## Eleições: a força da teimosia oposicionista confrontada ao arbítrio

Os resultados eleitorais — pelo menos aqueles poucos resultados homologados oficialmente de que dispomos neste país de apurações demoradas e sujeitas a controvérsias — não atestam viradas espetaculares no comportamento eleitoral. Confirmam, ao contrário, as tendências profundas do nosso universo político, por um momento encobertas durante o clímax repressivo do governo Médici, e que haviam voltado à tona em 1974 com a força de uma enxurrada emedebista.

Desta vez não houve enxurrada. A votação do MDB para a Câmara Federal estabilizou-se com relação a 1974: cresceu na mesma proporção em que aumentou o número de votos expressos (mais ou menos 25%). O desempenho eleitoral da oposição é melhor do que o da ARENA, cujos votos progrediram em 21,5%. Já em números absolutos a diferença favorável à ARENA é mínima: coisa de 300 mil (1%) num total de 29.800.000 votos válidos. Uma margem tão estreita é no entanto suficiente para garantir ao partido do governo uma vantagem de 42 cadeiras. Na verdade, o peso eleitoral de um deputado federal arenista é inferior ao de um deputado do MDB (em média, 65 mil e 78 mil votos, respectivamente). As disposições do «pacote» de abril agravaram as distorções à representação já constantes na lei eleitoral anterior.

Já para o Senado, resultados que não compreendem a apuração do Amazonas mostram a nítida vantagem do MDB, que recolheu 44,9% dos votos, ficando a ARENA com 33,9%. A votação emedebista tende a se concentrar ainda mais nos Estados e regiões onde o MDB já era majoritário, ou seja, nas zonas de maior densidade populacional e econômica, permitindo à ARENA conquistar os Estados mais pobres, predominantemente agro-pastoris. Com isso, o MDB ocupou até o momento 8 das 23 cadeiras em disputa pelo voto direto. Esta tendência não nos deve ocultar o fato de que o MDB progride nas maiores concentrações urbanas, no interior de Estados majoritariamente arenistas, e que a vitória da ARENA em Pernambuco, por exemplo, se deve ao fato de que a campanha de Cid Sampaio, nutrido-se de conotações oposicionistas, atraiu votos que, de outro modo, teriam sido atribuídos ao candidato do MDB.

A votação para as Assembleias Legislativas não apresenta determinações essencialmente distintas das que caracterizam os resultados para a Câmara Federal. A oposição mantém sua condição de maioria nas Assembleias de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Em São Paulo, o MDB tem mais de 2/3 dos deputados estaduais, cir-

cunstância que poderá acarretar graves pesares ao Sr. Salim Maluf.

Se as eleições de 1974 foram as da enxurrada do MDB, as de 1978 foram as da teimosia oposicionista. Os resultados deste ano não encerram surpresa: eles confirmam que, sob a ditadura, o eleitorado democrático encontrou no MDB seu veículo natural de expressão e representação. A importância deste fato não pode ser subestimada ao avaliarmos o grau de maturidade política atingido pelo movimento de resistência popular e pelas forças democráticas. Mais ainda, os resultados das eleições para o Senado, de caráter nitidamente plebiscitário, não deixam a menor margem de credibilidade às argúcias do coronel Ludwig: o povo brasileiro condenou o regime por larga margem de votos.

O Sr. Aureliano Chaves, numa espécie de homenagem do vício à virtude, compreendeu, desenxabido, o recado dos eleitores: «Não adianta querer tapar o sol com uma peneira». E que peneira! A imensa máquina do oficialismo e da corrupção funcionando a todo o vapor; dois presidentes da República empenhadíssimos, esbafando-se em comícios e visitas eleitorais; manipulação afrontosa do rádio e da televisão vedados ao MDB; tudo isto foi mobilizado a fundo pela ditadura sob a égide do AI-5. A «Lei Falcão» e o «pacote» de abril foram combinados como duas lâminas de uma tesoura para cortar as asas à oposição. A «Lei Falcão» restringe a participação popular na campanha, cercela a discussão dos temas capazes de unificar a vasta gama das motivações oposicionistas, dificulta o trabalho de esclarecimento dos eleitores sobre a natureza política e as modalidades práticas do voto. Deixa assim o campo relativamente livre aos inúmeros veículos de manipulação que o controle do aparelho de Estado, e a cumplicidade dos chefetes de aldeia, conferem à ditadura. É justamente nas regiões do menor grau de desenvolvimento econômico, de mais baixos índices de escolarização, de menor autonomia da vida civil face ao Estado, onde os antagonismos de classe são mascarados por complexas modalidades de dependência pessoal, que se concentra o eleitorado da ARENA. As características sócio-econômicas dessas regiões tornam-nas mais influenciáveis por esses mecanismos de manipulação e chantagem, e são elas as mais favorecidas pelos critérios de proporcionalidade de representação instituídos pelo «pacote» de abril.

A quantidade e a qualidade dos expedientes utilizados não livraram a ditadura da derrota, evidenciada, insistimos, pelos resultados globais das eleições para o Senado.

Mas uma coisa é certa: o regime ainda dispõe de recursos que devem ser levados a sério e analisados na sua dimensão especificamente política. Uma atitude fatalista diante do comportamento eleitoral das populações rurais é prejudicial às forças democráticas. Não podemos adotar postura elitista, semelhante à do general Figueiredo, que afirma que os brasileiros pouco afeitos ao uso da latrina e da escova de dentes não estão aptos ao exercício da democracia. Cabe às forças democráticas encontrar o caminho que as levará a romper este bloco agrário-conservador, cimentado pela máquina governamental, e que poderá colocar empecilhos à conquista da democracia e à sua expansão.

A oposição democrática sai reforçada dessas eleições. O voto dos assalariados, portadores do futuro do país, foi maciçamente para o MDB. As greves e movimentos populares que marcaram o ano passado contribuíram para alertar as consciências para a necessidade da derrota política do regime. Aumentam na bancada do MDB os contingentes de candidatos consequentemente democráticos e mais próximos das bases populares da oposição. Na ARENA, em que pese o sucesso eleitoral do coronel Erasmo, assistimos com satisfação à derrota dos epígonos do dedo-durismo frobitista e ao reforço de seus setores liberais.

Quando os novos eleitos tomarem posse, em março, estaremos provavelmente começando a viver um novo momento na vida nacional. Pois existem no Congresso, em consonância com o que se passa no conjunto da sociedade, as condições para a criação de um amplo bloco parlamentar democrático, capaz de traduzir em proposições concretas os anseios de mudança mais uma vez manifestados pelo nosso povo.

Joelmar Teixeira

## Pela Anistia na A. Latina

Foi criada na Cidade do México a Fundação Habeas, destinada a lutar pela libertação e a anistia de presos políticos na América Latina.

O *Excelsior*, principal diário da capital mexicana, publicou a notícia e o Apelo da entidade, assinado por um numeroso grupo de personalidades políticas, religiosas e da vida social do continente, entre as quais o cardeal D. Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo, o arquiteto Oscar Niemeyer, o escritor colombiano Gabriel Garcia Marquez, o general Torillos, presidente do Panamá, e o presidente Carazo, de Costa Rica.

A Fundação Habeas não se propõe a criticar ou fazer campanhas contra governos que mantenham prisioneiros políticos, mas a promover entendimentos com tais governos com a finalidade de libertá-los e conseguir a anistia política. O Apelo está aberto a novas adesões.

**LEIA, REPRODUZA E DIVULGUE VOZ OPERÁRIA**

# Primeira conversa sobre o universo dos problemas e movimentos femininos

Os problemas femininos e os movimentos que eles suscitam são muito mais amplos e importantes do que geralmente imaginamos. O que podemos perceber hoje em nosso país é apenas a ponta do iceberg. Em primeiro lugar, porque a nossa sociedade, vista do ponto de vista das massas — de suas condições de vida e de sua consciência — apresenta elementos de atraso impressionantes. Em segundo lugar, por causa das limitações de nossa vida cultural. Em terceiro lugar, porque vivemos há quase quinze anos sob uma ditadura feroz, que durante anos e anos conseguiu jogar um manto de ferro sobre o debate, a circulação de idéias, a liberdade de pensamento e de expressão.

Nós, comunistas — e seria o caso de dizer nós, democratas e progressistas, de modo geral —, temos também a nossa parte de responsabilidade na subestimação dos problemas e das lutas das mulheres que se constata existir na vida política nacional.

Mas os espaços já conquistados na luta de resistência popular e democrática vão permitindo o melhor conhecimento das realidades nacionais. Na medida em que crescem a mobilização e a participação das grandes massas da população, toma corpo uma série de movimentos sociais. Ao mesmo tempo, a liberação da imprensa da censura que lhe foi imposta permite que a existência e as ações desses movimentos sejam levadas ao conhecimento da chamada opinião pública.

Foi assim que, particularmente nos últimos quatro anos, os movimentos femininos fizeram sua irrupção no cenário político brasileiro, de tal forma que, na última campanha eleitoral, alguns movimentos já puderam apresentar suas plataformas reivindicatórias aos candidatos. Mais do que isso, a questão feminina deixou de ser uma preocupação praticamente exclusiva de grupos de mulheres das camadas médias, de universitárias e de intelectuais mais ou menos isolados, e passou a figurar na pauta do movimento operário e sindical, refletindo modificações importantes ocorridas na estrutura da força de trabalho. Chegou também ao Congresso Nacional, conquistou um lugar (ainda pequeno face a todos os preconceitos diariamente retomados, sutil ou grosseiramente) na imprensa, suscitou uma imprensa «nânica» própria. E, entre outras coisas mais, levou o Partido Comunista a reconhecer sua importância e sua especificidade e a ativar a Seção Feminina que funciona junto à sua direção.

Sintomaticamente, os movimentos femininos brasileiros tomaram impulso, não apenas no contexto, mas entranhados na luta geral pela democracia. Comitês e associações de mulheres desempenharam e desempenham um papel de vanguarda neste combate. A questão feminina, além de ser um fato social, sempre foi um fato político. Hoje, com base em sua própria trajetória e em sua própria experiência, os movimentos femininos demonstram adquirir uma crescente consciência disto. Sem «politicizar» artificialmente problemas que são filosóficos, humanos e

sociais, e sem renunciar a suas especificidades.

Não há como medir o que nós todos, brasileiros, devemos às mulheres que, de uma ou de outra maneira, participaram e participam da luta contra a ditadura e as injustiças. Mas não é isto o que importa. O que importa é sabermos que, tanto quanto a democracia é vital para cada setor da sociedade, não haverá democracia sem participação crescente das mulheres como tais, em todos os planos, do geral ao específico.

Facé à questão feminina, nosso partido tem méritos e deméritos, em sua história. Hoje, sua ação goza do trunfo inestimável de elementos de orientação politicamente corretos e modernos, neste terreno. Mas, infelizmente, este mérito é ainda excessivamente *feminino*, dentro do partido. E os hábitos vigentes apresentam ainda muitos aspectos negativos, alguns muito negativos, que entram em choque — digamo-lo francamente — com nossas opções revolucionárias.

**Voz Operária** inaugura, com este «papo» sobre o movimento feminino no Brasil, uma linha de trabalho nova, talvez inédita na história de nosso órgão central. Dupla satisfação: a de começarmos a publicar trocas de idéias e a de o estarmos fazendo justamente sobre este tema.

As perguntas formuladas são da responsabilidade do companheiro que animou a discussão. Não se teve a pretensão de «esgotar» o assunto: limitação do espaço disponível e outros problemas materiais. Um novo debate, que preencha algumas das lacunas do que agora apresentamos, já está programado.

Que as idéias apresentadas por Márcia, Clara, Rosa e Renata, companheiras que atuam nesta frente, nos ajudem todos, homens e mulheres, a avançar. Nosso atraso, na matéria, ainda é grande: em relação às nossas idéias políticas e em nossa prática cotidiana. **G. de Sá.**

**G.S. — Proponho que se comece este debate por algumas definições básicas, que nos ajudarão a compreender melhor o que existe em matéria de movimentos femininos. Movimentos de mulheres, movimento de emancipação da mulher, movimentos femininos, movimentos feministas, sexismo: quais são as diferenças que estas denominações recobrem?**

**Márcia** - Não fizemos uma discussão especial sobre estes conceitos, mas este debate sempre respirece. Vamos ver se eu consigo explicar como entendo cada uma dessas denominações.

O movimento de emancipação da mulher é o mais amplo, que engloba não apenas as mulheres, mas a sociedade toda. Visa à libertação da mulher, à igualdade de direitos em todos os planos.

Já os movimentos feministas têm um cunho mais específico e costumam abrigar uma certa tendência à subestimação da política, o que não quer dizer que todas as mulheres que deles participam ignorem a política ou a ela sejam refratárias. Mas, de modo geral,

tendem a apresentar esta característica.

Movimentos femininos são movimentos integrados exclusivamente por mulheres, para os fins mais diversos, sejam eles específicos ou gerais.

Na denominação movimentos de mulheres nós podemos englobar qualquer tipo de movimento onde a participação da mulher seja predominante, inclusive reacionários (como foi o caso das passeatas «Com Deus, pela família», antes do golpe, ou o da CAM-DE, apesar do nome - Campanha de Ação da Mulher pela Democracia). Sexistas seriam os movimentos ou organizações que, em sua luta, dão prioridade à relação homem/mulher. Em geral, vêem o homem como «inimigo principal».

**Clara** - Eu acho que é preciso distinguir duas épocas. No começo do século, tivemos o movimento das sufragistas, pela conquista do direito de voto para a mulher. Houve movimentos muito intensos, mas que, depois de conquistado aquele direito, se desarticularam. No início dos anos 60, nos Estados Unidos, houve uma atividade feminista de grande intensidade, que teve como característica, no começo, um certo extremismo (as queimas de suíças nas ruas, por exemplo, que não deixam de lembrar a fase em que a revolta dos operários se traduzia na quebra das máquinas). Em seguida, as organizações de esquerda perceberam a validade desses movimentos e a importância dos problemas que os motivavam, e começaram a dar-lhes maior atenção.

Hoje há várias tendências. Por exemplo, a da «luta de classes», em vários países europeus, que não é apoiada pelos comunistas e que conta em seu seio com uma ativa participação de trotsquistas. Ocupa-se muito do problema homem/mulher (que, diga-se de passagem, os PCs e a esquerda, em geral, negligenciaram bastante) e identifica a revolução social com a resolução do problema da mulher. Apesar destas características, esta tendência contribuiu para interessar a esquerda no problema. Por outro lado, há a tendência sexista: o negócio é destruir o homem para eliminar a opressão...

**Rosa** - Quero acrescentar alguns elementos. Acho que as fronteiras não são tão definidas como dizem as companheiras e acho que foi por isso que tivemos dificuldade para definir as coisas. Até para denominar nosso trabalho.

Há uma conclusão que já tiramos: as fronteiras não são tão estritas. Eu apontaria duas tendências extremas: 1) só o socialismo vai resolver. Então, não se faz nada de específico e surge a idéia das mulheres como «massa de manobra» dos movimentos revolucionários. 2) Opostamente: mudar já, mudar a situação da mulher sem levar em conta a situação da sociedade.

A posição dos PCs é hoje autocrítica, no sentido de, até bem pouco tempo, ter visto a massa de mulheres sem a sua especificidade, sem levar devidamente em conta as reivindicações peculiares. Mas eu insisto: as fronteiras são muito vagas e as duas idéias não são excludentes. Podemos ganhar aliados para a posição correta. Mesmo com polarização, o diálogo não está excluído, pois há pontos comuns.

**Renata** - Concordo com isso. Não há fronteiras rígidas. No partido se faz uma confusão entre as duas posições. Outra coisa: achar que específico é só sexo. Não é.

**Márcia** - Desde que emergiu o movimento, nos anos 60, há uma acusação mútua: os

partidos comunistas acusando as feministas de mergulhar na especificidade, estas dizendo o contrário, que os partidos não conhecem o problema, que os clássicos do marxismo envelheceram.

Quanto aos clássicos, o que é importante é o método, o método dialético, o materialismo histórico. Não foram os marxistas que «descobriram» o problema da mulher: isto vem de antes. Mas Marx e Engels apontaram as causas sociais. Se a gente for verificar a lista das coisas que eles colocaram, até se espanta: trabalho doméstico, prostituição etc. Até o papel do «corno» na sociedade burguesa. O que aconteceu é que Marx, Engels e mesmo Lênin — suas obras são já centenárias. E a ciência evoluiu — antropologia, psicanálise etc. Então, outras coisas foram descobertas, somando-se às contribuições dos clássicos.

Nos anos 60, muita coisa veio à tona em função de mudanças anteriores: presença das mulheres no mercado de trabalho, conquistas das mulheres nos países socialistas, fim dos impérios coloniais etc. Então, as reivindicações se ampliaram e se aprofundaram, surgiram reivindicações espirituais e referentes às relações humanas. Duas obras tiveram, nesta altura, grande importância: as de Simone de Beauvoir e Betty Friedan. Os partidos se atrasaram e, agora, estão tentando recuperar o tempo perdido. Sem abdicar do essencial, mas levando também em conta as especificidades. E sem achar que as coisas vão se resolver da noite para o dia.

**G.S. - Em que pé está a situação nos partidos comunistas e, em particular, no nosso?**

**Rosa** - Eu quero dizer que o específico não é luxo, como já ouvi dizerem. Outra tendência é de se dizer que a questão feminina existe, mas deve ser deixada para depois.

**Márcia** - Se você ler claramente o Lênin, verá que ele mesmo achava que emancipação plena só no comunismo, nem no socialismo. Mas a mulher, embora compreenda cada vez mais como as transformações que lhe dizem respeito especificamente estão ligadas às mudanças sociais, não vai ficar esperando.

Eu acho que os PCs estão avançando. O PC Italiano tem muita coisa elaborada, e não é de hoje. O PC Francês também tem alguma coisa, embora menos. Talvez seja o segundo em importância, neste terreno, se você quiser uma comparação.

**Clara** - O PC da Espanha talvez seja o segundo.

**Márcia** - Não sei, não conheço muita coisa deles. Há o trabalho da Iribarne. Na Bélgica, a elaboração é reduzida. Não conheço, também, o que já produziram os PCs Português e Inglês neste terreno. Os PCs da Europa Ocidental vão convocar uma conferência sobre este tema. Agora, se o panorama é tão desigual, e tantas as deficiências, em todos estes partidos, você imagina as dificuldades do nosso. Mas já se está começando a trabalhar com melhores resultados.

**G.S. - Já ouvi vários camaradas comentarem que as mulheres têm uma certa tendência à impulsividade, à impaciência. Às vezes a gente sente que há mesmo uma tendência a um tipo de pensamento aventureiro, característico dos grupos sociais mais oprimidos, mais revoltados e cuja consciência ainda não tem uma grande maturidade. Vocês acham que isto existe? Eu penso inclusive na mulher como militante político, não apenas em sua especificidade.**

**Rosa** - Ele vai acabar apanhando aqui...

**Márcia** - Temos o exemplo da Revolução Cubana, onde se registrou um fenômeno deste gênero, entre as mulheres. A primeira tendência é mesmo a de, chegado um determinado momento, querer ir às últimas consequências. A primeira reação da mulher, de modo geral, é essa mesma. Depois, vem o equilíbrio. Mas, quando ela chega lá, já lutou tanto quando volta atrás.

**Clara** - Mas você não acha que é sempre assim, com todos os oprimidos? Os negros americanos, por exemplo...

**Rosa** - Estou pensando nisso agora. Talvez possamos dizer que há uma tendência forte neste sentido. Mas também podemos dizer que, uma vez que ela assume responsabilidades, tende a ser mais minuciosa.

**G.S. - Vocês acham que o fato de, desta ou daquela maneira, terem despertado para os problemas femininos aguçou a sensibilidade humana de vocês, de modo geral? Em relação a todos os problemas humanos que são o pão cotidiano nesta nossa sociedade...**

**Márcia** - Eu acho que me aguçou. Você, ao querer dignidade, respeito humano, vai se munindo de instrumentos para querer um melhor relacionamento. Entre pais e filhos, por exemplo, mas de um modo geral. Adquire-se também uma maior tolerância para com as fraquezas humanas. Eu acho que aguçou, sim. Porque você percebe melhor como se dão todos os relacionamentos. No capitalismo, o relacionamento se baseia na compra e na venda.

**Rosa** - Da mesma forma, abrem-se os horizontes para uma maior compreensão de mulher a mulher. No movimento feminino, aparece uma solidariedade nova. A falta de consciência anterior levava mesmo a uma certa rivalidade.

**Renata** - No movimento feminino, fala-se até em irmandade. E é verdade. Há mais sensibilidade, maior compreensão.

**G.S. - Passemos à realidade dos movimentos femininos no Brasil. O que existe hoje e como se chegou a isto?**

**Márcia** - Geralmente, se faz de 64 um ponto de referência e se fala em movimento novo. Nós achamos que não houve um corte total entre o que havia antes de 64 e o que veio depois. Em 64, houve um esmagamento do movimento feminino. Como ele não era assentado em amplas massas, pôde ser golpeado, ter suas organizações fechadas e suas líderes presas.

Mas o movimento renasceu. Em 1968, surgiu uma comissão de mães para lutar pela libertação dos presos em Itiúba (30º Congresso da UNE). Já desde 64, no teatro, na imprensa, na música popular, os problemas se colocavam, mas é em 68 que o movimento retoma impulso. E, depois, em 75, com o Ano Internacional da Mulher, da ONU, que deu margem a muitas atividades. Aparece, então, o movimento pela anistia. A ABI, com o apoio do Escritório de Informações da ONU no Rio de Janeiro, promove um ciclo de debates. E o movimento cresce. As mulheres foram ver o debate, acabaram fazendo um debate paralelo, muito rico, e, com o que haviam aprendido, fizeram um documento e criaram o Centro da Mulher Brasileira.

Em São Paulo, a Círia Metropolitana e o Escritório da ONU promoveram uma pesquisa sobre a situação de saúde de mulher. Mobilizaram 400 médicos. Através dessa pesquisa chegou-se a um verdadeiro diagnóstico, mais amplo, da mulher. E tor-

nou-se necessário um debate sobre os resultados. Nasce aí o Centro para o Desenvolvimento da Mulher.

Paralelamente, foram surgindo jornais: *Nós Mulheres* (cuja publicação vem de ser suspensa por falta de dinheiro), *Brasil Mulher*, *Maria Quitéria*. E vão surgindo movimentos locais em vários Estados, mobilizações em torno de objetivos diversos: creches, jardins de infância, reforma do Código Civil, formação profissional da mulher etc. E os congressos sindicais de operárias: metalúrgicas, químicas, empregadas domésticas. O que há de inédito é que esses movimentos se negam a ser instrumentalizados pelos partidos políticos. São movimentos de massas, autônomos. Mas não são quistos. Com esta característica interessante, que os distingue dos antigos movimentos: não são biombos de partidos. Estão na luta política, sobretudo na luta pela democracia.

**G.S. - O que vocês destacariam, na produção artística e cultural recente, em relação aos problemas da mulher? Na literatura, por exemplo.**

**Clara** - A maioria da produção é de contos, e é coisa recente. No teatro, há as peças de Lailah Assunção. Na poesia, não sei. Há muita coisa em matéria de ensaios e trabalhos universitários, como se vê nas reuniões da SBPC.

**G.S. - E entre 64 e 68?**

**Márcia** - Houve, sim. O trabalho de Carmen Silva, por exemplo, «A Arte de Ser Mulher». E outras intelectuais que, de certa forma, foram precursoras.

**G.S. - Márcia, você que é uma militante veterana, desde cedo chamada a desempenhar um papel político ativo e destacado, na vida pública e no partido, como você situaria os problemas de uma mulher no partido?**

**Márcia** - O drama maior é o de acharem sempre que você não diz o que pensa, que você está transmitindo algo que alguém te soprou nos ouvidos. E isto é uma coisa que você só vence através da tua ação.

No partido, a tendência é acharem que você não pode ter luz própria. Você só pode ser iluminada pelo homem que está ao teu lado. Não se admite a idéia de que você pensa. É duro, até dentro das fileiras do partido, uma mulher comprovar que pode pensar.

**G.S. - Qual a opinião de vocês sobre o Relatório Hite?**

**Márcia** - Se você tem paciência de ler e chegar até o fim... vale a pena. Tem-se escrito muito a respeito, e há muita vigarice. Eu acho que a Shere Hite tem importância quando ela formula a sua posição da seguinte maneira: ao mesmo tempo em que ela dá importância ao direito da mulher ao seu pleno florescimento sexual, ela condena veementemente o fato de se ver isto como uma panacéia universal. Ela chama a atenção para o fato de que é um momento de crise econômica e social, nos EUA, quando a mulher não encontrava trabalho, inserção social etc., que a burguesia lança a banalização do sexo, tentando fazer crer às mulheres que seus problemas estavam aí, principalmente.

**Clara** - Acho que este é um ponto. O outro é a idéia de que a mulher deve ser ativa na relação sexual, de que ela deve lutar pelo direito ao prazer. Na sociedade brasileira, estamos ainda muito, muito longe disto, mesmo entre as faixas intelectuais.

**Márcia** - Aí também se vai encontrar a posição passiva da mulher na sociedade.

## Resultados medíocres e prognósticos pessimistas

Raras vezes os economistas foram tão unânimes como hoje em qualificar de medíocres ou francamente ruins os resultados económicos de 1978 e no prognóstico de dificuldades e quedas ainda maiores em 1979. Ao mesmo tempo, nunca foi tão justificada como agora a desconfiança tradicional nos conceitos e grandezas utilizados para descrever a evolução da economia brasileira.

Segundo dados provisórios, os índices principais foram, em 1978, os seguintes: PIB: 4,5%. Produção industrial: menos de 7%. Produção agrícola: em sensível regressão (a queda da produção agrícola não impediu incríveis desperdícios, como grandes quantidades de tomates jogados no lixo e o leite dado aos porcos, porque as multinacionais — Nestlé e outras — lucram mais com o leite em pó importado). A inflação continuou em alta: 45%. Os déficits aumentaram: balança comercial, 1 bilhão de dólares, e balanço de pagamentos, 5 bilhões (contra US \$ 4 bilhões em 1977); dívida externa de US \$ 40 bilhões. Por trás dessas variações quantitativas temos os seguintes fatos: o investimento produtivo caiu verticalmente, o endividamento das empresas brasileiras não-monopolistas cresceu acima de 60%. Em geral, a expansão industrial corresponde quase que exclusivamente a setores bem protegidos e subsidiados, dominados pelas corporações transnacionais. Assim, por exemplo, a produção de automóveis, eletrodomésticos e outros bens de consumo duráveis aumentou mais de 14%, enquanto que a de bens de consumo não duráveis (roupas, calçados, etc.) aumentou apenas de 5%. O subsetor de fabricação de bens de capital permaneceu praticamente estancado (0,6% de aumento até setembro de 1978).

As secas do Sul seria responsáveis — segundo o governo — pelos retrocessos da produção agrícola. Na realidade, a responsabilidade principal é da política oficial que beneficia o «agro bussiness» com subsídios e créditos às exportações, além de negligenciar as produções tradicionais e de sacrificar as necessidades alimentares da população, o que torna a economia cada vez mais vulnerável.

A queda da produção de soja, combinada com a redução dos preços internacionais de alguns dos principais produtos exportados pelo Brasil, provocou uma brusca redução — US \$ 1 bilhão — das exportações brasileiras no ano que passou. Decorre daí um aumento sensível do déficit do comércio exterior. Isso, combinado com a crescente sangria de divisas provocada pelo serviço da dívida externa — US \$ 8 bilhões em 1978 — explicaria o déficit do balanço de pagamentos: US \$ 5 bilhões, repetimos, contra US \$ 4 bilhões em 1977. A elevação alarmante da dívida externa — acima de 40 bilhões de dólares — é grave porque ela cresce mais rapidamente que as exportações: a dívida externa líquida (dívida total menos reservas) ultrapassa em mais de 2,5 vezes o volume das exportações.

Nestas condições, o governo já não controla mais a evolução das contas do país com

e exterior. E não adianta botar a culpa no aumento dos preços do petróleo. O descontrolo da inflação e do balanço de pagamentos não pode ser atribuído aos 400 ou 500 milhões de dólares a mais que vai custar o petróleo importado em 1979. Muito mais importantes do que isso, em termos quantitativos e qualitativos, são as variações da taxa média de juros no mercado de eurodólares (onde o Brasil contrata mais de 60% dos créditos externos). O aumento dessa taxa — de 8% para 11% — significou para o país, só no primeiro semestre de 1978, uma saída suplementar de US \$ 800 milhões (o dobro, quase, do previsto como gasto adicional, em 1979, devido ao aumento do preço do petróleo). É importante notar que quando crescia a sangria de divisas, provocada pelo aumento da taxa internacional de juros, nenhum ministro económico espalhava o terror, como fazem agora a propósito do preço do petróleo. Na realidade, o que eles pretendem hoje é tentar «livrar a cara», ao atribuir a uma causa externa a responsabilidade pela inoperância dos seus «pacotes» antiinflacionários e pela contínua degradação da situação geral da economia.

O time económico do novo ditador fala cada vez menos das «mudanças de prioridades» e de «ativar a agricultura» para resolver os problemas do balanço de pagamentos, da inflação e do consumo dos pobres (arroz e feijão). Isto porque se torna cada dia mais visível o caráter fictício dos pressupostos básicos de tais projetos. Primeiro, porque é impossível compatibilizar a expansão das exportações agrícolas com a produção de alimentos para melhorar o consumo da população pobre sem alterar os grandes pilares do atual sistema de dominação, responsáveis pela concentração das terras mais produtivas, das rendas, do crédito subsidiado e, sobretudo, do poder de pressão política de uma minoria privilegiada. Segundo, porque, para se conseguir ativar a agricultura dentro do atual «modelo», teria que existir — o que não é real — um ou vários produtos análogos à soja e ao café por seus efeitos na balança comercial. Além de isso não existir, seria também falso supor que a demanda mundial de tais produtos fosse perfeitamente elástica.

Na verdade, os «discursos» dos ministros económicos têm muito de ficção. Simonsen fala de mini-recessão, Reis Velos de «combate à inflação sem sacrifício do crescimento», enquanto o insuperável Ueki fica entre os dois anteriores. A de Ueki é «conter ao máximo o consumo de petróleo, elevando substancialmente o preço», mas não diz nada da inflação, nem do que ele iria contar, nesse caso, às multinacionais do automóvel, Calmon de Sá entra mais diretamente no miolo da questão quando propõe «o abrandamento da lei de similar nacional... para aumentar a competitividade». Uma forma «elegante» de reclamar o desbravamento do terreno para o grande capital privado associado às multinacionais. Estas falções estão ligadas a um problema de fundo, o problema do rearranjo do processo de acumulação do capitalismo brasileiro, que, para os homens do sistema, coincide com o reajustamento do «modelo de tripé» (empresa estatal, empresa estrangeira e empresa nacional), imposto pela atual conjuntura da crise económica.

A aludida perda do controle das contas com o exterior, por parte do aparelho estatal brasileiro, fortalece, sem dúvida, o capital financeiro — representado pelas empresas monopolistas, associadas às multinacionais,

e pelos banqueiros internacionais. Nestas condições, os monopólios privados pressionam, por diversas vias (no governo e em sua periferia), para, com o auxílio dos golbery e similares, usurpar a autonomia relativa do setor estatal no processo de acumulação, para, assim, torná-lo ainda mais suplementar das empresas privadas monopolistas. Sob esta ótica, parece suficientemente fundada a seguinte previsão publicada em *Le Monde Diplomatique* (Janeiro/79): «Os meios financeiros internacionais estão convencidos de que a progressão incontrolada da dívida externa obrigará o Brasil a liquidar uma parte dos ativos nacionais para atender aos vencimentos impostos por seus credores».

Para evitar esta perspectiva é preciso mudar a política. A sociedade real tem que recuperar a soberania hoje usurpada pela autocracia.

R. Paulo

## A Argélia depois de Boumediene

Após a morte de Houari Boumediene — um chefe de Estado cuja verdadeira estatura só agora começa a ser devidamente avaliada e a quem rendemos aqui uma derradeira homenagem —, a pergunta que se coloca é menos «quem vai sucedê-lo?» do que «como prosseguirá a experiência argelina?».

Segundo a recente Constituição argelina, aprovada em plebiscito no ano passado, é no congresso da FLN (Frente de Libertação Nacional, partido único) que se decidirá o nome do candidato à presidência, que será em seguida referendado pelo eleitorado. Por trás dessa escolha, estarão definições de fundo.

Não é por acaso que, nas manifestações públicas que se seguiram à morte de Boumediene (seu enterro e o congresso constitutivo da organização da juventude, notadamente), as palavras de ordem desdobravam-se em torno a dois temas fundamentais: prosseguimento da política de Boumediene e «vigilância contra a reação». A verdade é que há hoje, dentro da Argélia e também emanadas do exterior, pressões ponderáveis no sentido de um reexame de certas opções básicas feitas pelo governo de Boumediene ao longo de seus 13 anos de existência.

Podemos considerar, porém, que em relação a certos pontos as possibilidades de retrocesso são pequenas: a estratégia de desenvolvimento económico baseada no reinvestimento interno das rendas de exportação de petróleo e gás (do qual a Argélia é o primeiro produtor mundial); o sistema de empresas nacionalizadas, a «revolução agrária» e, finalmente, a política internacional de «não alinhamento ativo».

O povo argelino, que soube conquistar sua independência derrotando o colonialismo francês, saberá enfrentar as dificuldades criadas pelo desaparecimento do presidente Boumediene e prosseguir em seu caminho de libertação, garantindo o prosseguimento da obra a que, sobretudo nos últimos anos, ele se dedicara, de construção de «um Estado democrático, sério, regido pela lei e fundado sobre uma moral, um Estado capaz de sobreviver aos acontecimentos e aos homens».

A. Barreto